

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 02 – 10 de setembro de 2019**

**Aos dez dias do mês de setembro de dois mil e dezanove**, terça-feira, às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, **em primeira convocação**, no auditório da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Bombinhas, situada na Av. Leopoldo Zaring, número vinte mil e setenta e dois – bairro Bombas, Bombinhas – SC, aconteceu a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR. Estavam presentes, conforme lista de presença anexa, os seguintes conselheiros representantes do poder público – **Carlos Cândido Silva** e **Keli Regina Benvegnú** (Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico), **Marcio Jose da Silva** e **Rafael Borim** (Secretaria de Fazenda) e, representando a iniciativa privada e a sociedade civil organizada, **Mario Martins de Paula** (Hospedagem), **Jaime Mendonça Sant’Ana Junior** e **Priscila Eskelsen** (Comércio e Serviços), **Andrea Paula Trapp Soares** (Imobiliário e Construção Civil), **Luciana Fortuna Nunes** (Sociedade Civil Organizada). Também estiveram presentes, como convidados, o Vereador José Antônio Olímpia, Fabíola Teixeira e a Lucimara Salvati, representante da empresa Belem Viagens. Os demais conselheiros justificaram o não comparecimento no encontro. O presidente Mario iniciou o encontro relatando que se reuniu com o Diego Pinheiro e o Antônio Carlos Lopes, que participaram da gestão anterior do Conselho, para fazer um apanhado dos temas e pautas levantados anteriormente. Segundo ele, foi comentado a respeito do Morro do Macaco, da possibilidade de cobrança no acesso e do valor arrecadado ser revertido para o Fundo Municipal de Turismo. O presidente também lembrou do teleférico, informação que foi divulgada pelo Prefeito e que o conselho gostaria de conhecer o projeto, prazos, datas e ideias a respeito. A Andrea questionou sobre a existência do projeto e a Keli informou que há alguns anos a Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico contratou uma empresa para desenvolver o projeto, a ideia inicial, mas que não foi dado andamento, principalmente porque os locais de implantação fazem parte de uma unidade de conservação municipal. A Priscila ressaltou que tanto a cobrança, como o teleférico só terão viabilidade a partir do plano de manejo do Parque Natural Municipal Morro do Macaco, documento de gestão que ainda não existe. O Mario ressaltou que é importante para o conselho entender como é o processo. O Rafael acrescentou que o projeto é uma ideia inicial, que foi feito um contato com uma empresa interessada e que a intenção não é de exclusividade, é de manter o acesso público à trilha. A Keli complementou dizendo que o Conselho Consultivo Integrado das Unidades de Conservação, da qual participa, também questionou sobre o teleférico e acompanhará todo o processo, inclusive do plano de manejo, que deverá ser contratado em breve e que precisará contar com os conselheiros na sua construção. A Priscila salientou ainda que, pela trilha ser um caminho histórico, deverá permanecer aberta mesmo com a construção do teleférico. A Keli disse ainda que, nada impede que durante as discussões do plano de manejo e implantação de projetos futuros, se opte pelo fechamento da trilha, pois serão levantadas informações técnicas sobre a área e uma proposta de gestão será construída por técnicos, com a participação da sociedade também. O Mario reforçou a necessidade de o COMTUR acompanhar as discussões relacionadas ao plano de manejo e projetos dessas áreas, inclusive com participação efetiva na construção das propostas de gestão. O Vereador José Antônio falou que os moradores do bairro de Canto Grande reclamaram muito das condições do morro, da necessidade do controle e corte de eucaliptos e pinheiros. Também reclamaram do excessivo número de visitantes. Ele comentou também que a mudança da sede da Fundação Municipal de Amparo ao Meio Ambiente – FAMAB para o pé do morro, que deverá acontecer até o final do ano, poderá ajudar na gestão da área. O Mario complementou afirmando que a ocupação do espaço garante mais segurança. O Marcio concordou, afirmando que no local há muita depredação e que a presença da FAMAB pode inibir essas ações. O Vereador José Antônio também recordou da obra do trapiche no Canto Grande, que está em execução e vai ficar bonita e funcional. O Mario afirmou que o Morro do Macaco é um dos atrativos mais visitados da cidade. A Priscila concordou e afirmou que o número de visitantes é excessivo. A Andrea lembrou que já falou em outras oportunidades da necessidade de ter um transporte público no município, para que as pessoas possam chegar lá no Morro do Macaco e em outros atrativos. A Keli acrescentou que, se o número de visitantes já é excessivo hoje, com a oferta do transporte, a situação pode ficar ainda mais crítica. O que não tira a necessidade do transporte, mas exige um controle no acesso. A Priscila afirmou que devem ser feitas intervenções gradativas e que realmente a FAMAB estabelecida no início da trilha poderá contribuir muito no processo. A Fabíola solicitou a palavra para lembrar que o trabalho dos voluntários que atuaram no Morro do Macaco nas últimas duas temporadas, não inibiu os usuários de deixarem lixo ou depredarem placas e outras estruturas de segurança. A Luciana e a Priscila também abordaram a questão da educação ambiental, a necessidade de manter o trabalho de orientação dos visitantes. O Carlos acrescentou que a Secretaria de

Turismo vai atuar junto com a FAMAB no local para passar informações turísticas, orientar e conscientizar os usuários da trilha. A Priscila afirmou que desde o ano de 2012 o morro não consegue se regenerar. O Mario reforçou a necessidade de monitorar, controlar o acesso e recuperar áreas degradadas e que, há atrativos muito visitados em outros locais que tem acesso mais difícil do que o do morro e são monitorados. Mas, reconhece que é um processo e que demora para alcançar os resultados observados. A Keli concordou e falou das dificuldades das equipes da Prefeitura na gestão desses espaços e também na burocracia dos processos, inclusive para o uso dos recursos da TPA, pois os procedimentos são os mesmos que a SETUR e a FAMAB devem seguir. Citou como exemplo um projeto de educação ambiental a respeito dos passarinhos, que tem como objetivo a médio prazo desenvolver o segmento de observação de aves, cuja contratação fica difícil diante da burocracia. O Jaime ressaltou que é consenso a prioridade do Morro do Macaco. A Keli informou que a FAMAB recebeu o plano de manejo do Parque Natural Municipal da Costeira de Zimbros e que o município tem um prazo para fazer os planos dos Parques do Morro do Macaco e da Galheta e que o processo já está adiantado. O Carlos confirmou que a contratação passará pelo Comitê Gestor da TPA, pois serão financiados com este recurso. O Marco comentou que já estão trabalhando no termo de referência para a contratação do serviço. A Andreia sugeriu que o conselho organize suas reivindicações para fazer os apontamentos nas oficinas e quando for questionado. Mario concordou e afirmou que o COMTUR deve acompanhar e o Rafael e a Priscila reforçaram a importância da efetiva participação dos conselheiros. O Vereador José Antônio sugeriu que o Flávio, Presidente da FAMAB e membro do COMTUR, traga mais informações no próximo encontro. Retomando as pautas tratadas nas gestões anteriores do Conselho, o Mario citou a proposta de criar um selo verde ou outro nome relacionado, para identificar empresas que estão regularizadas e cumprem determinados requisitos, de forma a destacá-las e diferenciá-las das demais. A Keli sugeriu algo mais simples, como uma certificação para empresas que tem o CADASTUR e um percentual de seus funcionários capacitados no Descobrimo Bombinhas, como uma ideia de um selo amigo do turista. O Mario acrescentou que assim o selo não traria um grande potencial competitivo. A Keli ressaltou que o tema é debatido a cerca de oito anos, que seriam necessários recursos para investir no projeto, não apenas com criação da campanha, mas também de recursos humanos para fazer a certificação e que, infelizmente, não vê viabilidade na sua execução. A dificuldade nos processos de certificação é tamanha que, diversos órgãos do governo deixaram de atuar nesse tipo de programa e estão aderindo à formatos prontos. A conselheira deu como exemplo o Passaporte Verde, um projeto internacional da Organização Mundial do Turismo que o Ministério do Turismo aderiu há alguns anos. Na ocasião foram feitos site e diversos materiais como campanhas e cartilhas de orientação em português e, hoje estão indisponíveis e não estão mais em pauta. Como o projeto segue em inglês, a conselheira afirmou que poderia verificar a possibilidade de uso e adesão às plataformas, mesmo que no idioma inglês. O Mario sugeriu que o tema do selo seja deixado de lado e que o COMTUR foque em outros projetos e trabalhe em outras ações, utilizando o site, eventos. A Keli acrescentou que a divulgação no site oficial da Secretaria, que é a referência e fonte de informações confiáveis para os visitantes, muitas vezes não é reconhecida pelos empresários pelo potencial de divulgação. Sendo que no site são divulgados somente os serviços e profissionais formalizados e, para os segmentos cuja obrigatoriedade do CADASTUR (cadastro no Ministério do Turismo) está prevista em lei, somente aqueles com cadastro válido e vigente. O Vereador José Antônio elogiou o site e as informações disponibilizadas neste canal pela Secretaria de Turismo e lembrou de um prêmio que a Prefeitura recebeu por este projeto. A Keli agradeceu e informou que ele é o site é melhor que o anterior, é responsivo e foi o possível de ser viabilizado no momento. Também acrescentou que o site não atende só aos turistas, mas também à comunidade, o que é possível de verificar através dos relatórios semanais de acesso, cujos itens mais acessados são do calendário de eventos e oriundos de Bombinhas. A Andrea avaliou que o projeto só teria adesão das empresas se houvessem benefícios, incentivos fiscais. O Carlos disse que é difícil e o Marcio que não há possibilidade de fazer com incentivos fiscais. Novamente a discussão voltou para as pautas tratadas nas gestões anteriores, e o Mario reforçou a necessidade de pensarmos estratégias para aumentar os recursos do Fundo Municipal de Turismo. A Keli compartilhou a ideia de reverter para o Fundo Municipal de Turismo a cobrança de uma taxa para realização de eventos, que atualmente não é cobrada mas, conforme normativa do SPU, poderia ser cobrada agora que o município faz a gestão das praias. Porém, a cobrança deverá ser feita pela FAMAB. O Marcio acrescentou que as alterações orçamentárias, inclusive as apontadas pela Câmara de Vereadores, deve dizer de onde sai e para onde vai o recurso, afirmou ainda que há possibilidade de essa cobrança de eventos vir para o Fundo Municipal de Turismo, até mesmo porque a FAMAB

recebem recursos de compensações e multas. Ele ainda acrescentou que o orçamento do Turismo é muito baixo e que realmente não é possível fazer mais ações por conta desse limitador, que Bombinhas é uma cidade turística e o COMTUR pode se posicionar e apresentar dados e informações sobre a importância econômica da atividade para usar como argumentação para melhorar o orçamento. A Keli afirmou que a participação do Marcio como membro do conselho é uma ótima oportunidade para o COMTUR e a Secretaria trabalharem em conjunto pelas melhorias orçamentárias da pasta. O Marcio afirma que muita gente reclama do trabalho, mas desconhece a realidade. O Mario lembrou que eventos como a abertura de verão, o carnaval e a decoração de natal não são geradores de fluxo turístico e que poderiam ser absorvidos pela Fundação Municipal de Cultura. Ainda afirmou que seria importante rever a programação e investimentos da Secretaria, como apontado pelo Diego e Antônio Carlos, inclusive sobre o carnaval. Segundo eles, algumas empresas afirmam venderem menos no Carnaval. Essas ideias poderiam ser discutidas no conselho e levadas para o executivo. O Carlos ressaltou que a questão do Carnaval é difícil e precisa ser pensada dentro do contexto da cidade, citou como exemplo a exigência das comunidades dos bairros para que as atividades aconteçam próximas. Que o ideal seria a cidade possuir um espaço adequado, um Centro de Eventos, onde estas festividades e outras atividades pudesse acontecer, para resolver esta questão. O mesmo acontece com o Réveillon, período em que são feitos eventos em cinco pontos diferentes da cidade. A Keli afirmou que, com relação ao Réveillon, não é apenas o bairrismo, mas uma decisão estratégica porque é quando a cidade atinge a capacidade máxima de ocupação e é importante que cada um fique no bairro onde está hospedado, pois se todos saírem para ver um show nacional ou a queima de fogos concentrada em um ponto, as pessoas vão passar a virada dentro dos carros, presas em congestionamentos. O Vereador José Antônio concordou com o Secretário Carlos e afirmou que é grande a cobrança dos moradores dos diversos bairros da cidade. O Marcio afirmou que já ouviu muitas queixas a respeito de não ter queima de fogos na cidade na virada e da proibição. A Andrea afirmou que na última virada teve bastante fogos no Centro. A maior queima de fogos no Centro é da empresa Vila do Farol que, para o Carlos afirmou que não fará mais nos próximos anos. O Mario lembrou que pode queimar os fogos, mas tem que ter autorização e seguir as exigências previstas em lei. O Carlos também acrescentou que esse ano o custo do Carnaval foi menor do que no ano passado e que o formato do evento não depende somente da Secretaria de Turismo, que hoje é responsável pela execução da festa, mas que é uma decisão do executivo e que, muitas vezes, tem interferência do legislativo. Também lembrou que a necessidade de melhoria do orçamento é uma briga de anos, de várias gestões da pasta e do COMTUR. O Mario reforçou a importância da fiscalização dos estabelecimentos informais da cidade, pois a formalização poderia aumentar muito a arrecadação da Prefeitura e, conseqüentemente, poderia ser os recursos destinados ao Turismo poderiam ser ampliados. Disse ainda que o incentivo à informalidade representa um risco. O Secretário Carlos concordou e afirmou que Secretaria e COMTUR podem pensar juntos a respeito. O Mario também falou sobre diferenciar os diversos segmentos e regulamentar novas atividades. O Rafael afirmou que algumas empresas estão migrando para se transformarem em residenciais e que, a Fiscalização depende de denúncias para identificar. Citou como bom exemplo a ação de fiscalização do Ministério do Turismo, do CADASTUR, que em parceria com eles e a Secretaria de Turismo identificou e notificou diversos meios de hospedagem na cidade. O Mario citou a necessidade de pensar em como fiscalizar plataformas do tipo *airbnb*. A Andrea lembrou que a regulamentação e fiscalização não devem ficar restritas ao turismo, mas também trabalhar outras atividades. Os conselheiros Rafael, Mario e Marcio afirmaram que é importante o COMTUR se envolver, provocar os debates e auxiliar na regulamentação. O Marcio novamente reforçou a necessidade de uma fundamentação com dados da economia, como empregos gerados, comprovando que a maior parte do dinheiro arrecadado vem do turismo e, junto com a sociedade civil, apresenta-los para executivo e legislativo. As mudanças podem ser feitas através de um trabalho em conjunto, executivo, legislativo e conselho. O Vereador José Antônio lembrou que aconteciam reuniões periódicas com o Prefeito e que estes temas podem ser abordados quando os encontros forem retomados. Outra questão discutida na gestão anterior, lembrada pela Keli, foi o posicionamento de o Conselho ser favorável ou não a TPA. O Mario afirmou que é preciso esquecer o posicionamento pessoal e pensar como empresário da cidade e identificar o que aconteceu após a implantação da taxa, além de pensar a cobrança como uma política pública instituída, independente do uso e aplicação. A Andrea sugeriu que alguém responsável pela TPA poderia apresentar os dados para o conselho, para que todos se posicionem. A Keli lembrou que o tema foi abordado pelo conselho devido a matérias que foram vinculadas na imprensa, que levaram o público a acreditar que a classe empresarial é contrária à cobrança. O Mario

lembrou que em outras cidades, como Ubatuba/SP, a cobrança de taxas é feita por período de permanência também, não só pelo tipo de veículo. Outros aspectos analisados nesse tipo de cobrança é o volume de lixo produzido e o controle no número de pessoas. O Carlos acredita que a taxa de Ubatuba é de turismo, não de meio ambiente como a nossa. O Mario verificará, pois acredita que se assemelha. Ele vê a TPA de uma forma positiva e acha importante o conselho se posicionar, pois as discussões podem ir cada vez mais longe e repercutir negativamente. A Andrea ainda acrescentou que isso pode demonstrar fragilidade. Já o conselheiro Rafael lembrou da dificuldade de acompanhar os 100% da aplicação dos recursos, sendo necessária mais transparência na comunicação. A Keli sugeriu que a questão fique aberta à discussão e que algumas pessoas estejam preparadas para darem entrevistas, caso seja necessário. O Mario falou que é importante falar de melhorias realizadas, como a limpeza de praias, mesmo sendo importante que ocorram melhorias no processo. O Marcio afirmou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias já foi para a Câmara e que pode ser alterada. Sugeriu verificar a questão da cobrança da taxa de eventos (SPU) e que o valor que entra para a FAMAB pode ser direcionado para o Fundo Municipal de Turismo. O Vereador José Antônio solicitou ao Conselho que acompanhe e emita parecer sobre dois projetos relacionados ao turismo que estão tramitando: a legislação dos ambulantes de praia - com proibição de quadriciclos e veículos motorizados no Calçadão da Praia e Bombas, venda de picolé por empresas e capacitação somente para os prestadores que vencerem o chamamento, restrições para a inscrição de pessoas com deficiência, restringindo àquelas que efetivamente podem trabalhar, a exigência de lanchas (podem ser compartilhadas) para prestar socorro às atividades náuticas, como *stand up paddle*; e a outra sobre a realização de eventos e a obrigatoriedade de ceder espaços para os órgãos públicos que apoiarem a sua realização. A Priscila ficou de encaminhar os dois documentos para os conselheiros pelo *whatsapp*. A convidada Fabíola pediu a palavra para agradecer a receptividade que recebe aqui no turismo e também para questionar a respeito do documento final da Semana do Turismo, realizada em abril. O Carlos lembrou que não recebemos o documento finalizado do Consultor do SEBRAE e afirmou que faria a cobrança novamente, mas, destacou que muitas das discussões e sugestões estão sendo consideradas no planejamento e execução de diversas atividades, tanto pelo turismo, como pelas outras pastas. Uma delas é o grupo de marketing, que foi criado pelos empresários da cidade e está recebendo consultoria do SEBRAE. A Keli lembrou de ideias como o "COMTUR Convida", cujo objetivo era discutir temáticas diversas do turismo de forma regular ao longo do ano e que esse tipo de ação pode ser debatido pela nova composição do conselho. O Mario sugeriu que no próximo encontro os conselheiros tragam ideias ou propostas que gostariam de trabalhar no COMTUR, para que sejam debatidas e escolhidas três delas, para então criar um plano com estratégias e prazo de execução. A participação dos conselheiros no I Encontro de Conselhos de Turismo da Costa Verde & Mar, que acontecerá no dia vinte e quatro de setembro em Itajaí, será combinada pelo grupo de *whatsapp*. Dado o avançar do horário, os temas da pauta que não foram abordados serão abordados na próxima reunião, no dia oito de outubro. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião às dezenove horas e cinquenta e três minutos, sendo a ata lavrada por mim, Keli Regina Benvegnú. Após leitura e aprovação, será assinada pelos presentes. Bombinhas, dez de setembro de dois mil e dezenove.













**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO**  
Lista de Presença


DATA: 10/9/2019

HORÁRIO: 17h30

LOCAL: SETUR (Av. Leopoldo Zarlino, 2072 – Bombas)

	Nome	Telefone	E-mail	Assinatura
1	Priscila Estelmu	(47) 99665-9667	agencia laelia@gmail.com	
2	Andrua Trapp	1198538-6233	andrua@caemel8fornos.com.br	
3	Rafael Borim	47 996065111	R Borim@BOL.com.br	
4	Leucimara Sabatini	47 99134-082	Contato@belemviagens.com.br	
5	MARCIO JOSÉ DA SILVA	99128-2781		
6	JOSÉ ANTONIO OLÍMPIA	(47) 9 9243-4224	ANTONIO.OLIMPIA@CVBOMBINHAS.SC.GOV.BR	
7	Luciane Fortuna Nunes	51 984157520	luciane-nunes88@gmail.com	
8	Mario Martins	047 999000201	mfermes@viladomaregante.com.br	
9	JAIRO M. SANT'ANA SR	41 996875514	jairo.santana jr@hotmail.com	
10	Keli Regina Benvegnú	47 99657-0377	Keliturismo@bombinhas.sc.gov.br	



	Nome	Telefone	E-mail	Assinatura
11	Carlos Candido Silva	48.996676394	carlos.cs@bol.com.br	
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				